



SEGURO- DEFESO

JUSTIÇA E TRANSPARÊNCIA

Proteção ao pescador que vive da
pesca artesanal, combate às
fraudes e garantia de direitos.

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



QUEM PODE SER CONSIDERADO PESCADOR PROFISSIONAL ARTESANAL NO RGP/MPA?

Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP

- Pessoa física, a partir de 18 anos, que exercer a atividade de pesca comercial com fins comerciais;
- De forma autônoma ou em regime de economia familiar;
- Com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria; e
- Atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pequeno porte.



QUAIS OS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO SEGURO-DEFESO?

- Ter registro no RGP há, no mínimo, 1 ano;
- Possuir a condição de segurado especial unicamente na categoria de pescador profissional artesanal;
- Exercer a atividade pesqueira de forma ininterrupta;
- Não ter vínculo de emprego, ou outra relação de trabalho, ou outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira;
- Comprove o recolhimento da contribuição previdenciária referente à comercialização da sua produção;
- **Ter a Carteira de Identidade Nacional – CIN; e**
- **Residir em município abrangido, ou limítrofe, pelo ato que instituiu o período de defeso relativo ao benefício requerido.**



NÚMERO RGP X BENEFICIÁRIOS DO SD

Ano	Qtd Pescadores	Qtd Beneficiários	Taxa de cobertura do SDPA
2018	944.853	740.689	78%
2019	976.743	701.320	72%
2020	1.047.843	908.099	87%
2021	1.149.583	981.541	85%
2022	1.248.096	796.109	64%
2023	1.414.287	1.226.075	87%
2024	1.839.380	968.086	53%
2025	2.012.772	1.233.790	61%

*Fonte: RGP (MPA, atualizado em 28/08/2025) / Beneficiários (MTE, extração em 02/09/2025)

MECANISMOS DE CONTROLE E MONITORAMENTO DO RGP - MPA



- Implantação e melhorias contínuas no PesqBrasil-RGP: unificação das base de dados;
- Finalização do cadastramento nacional dos Pescadores no Sistema PesqBrasil: transparência nos dados e extinção de protocolos físicos;
- Aperfeiçoamento da base legal e estabelecimento de vedações para concessão da licença (agente político, servidor público e aposentados por invalidez);
- Implementação do novo Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira – REAP: comprovação do exercício efetivo da atividade pesqueira;
- Qualificação da base do RGP, por meio de cruzamento de dados (SIRC, BPC, SIAPE, PEP, Benefícios previdenciários e outros): parceria com a Controladoria-Geral da União - CGU;
- Desde 2023, foram cancelados mais de 312 mil registros de pescadores profissionais.



NOVAS MEDIDAS DE CONTROLE PARA ACESSO AO SEGURO-DEFESO

A serem executadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego

- Notas fiscais de venda de pescado e comprovantes de contribuição previdenciária;
- Relatórios mensais que comprovem a atividade como pescador artesanal;
- Registro biométrico obrigatório na Carteira de Identidade Nacional (CIN);
- Acompanhamento do local da atividade de pesca por meio da coleta de dados geolocalizados dos pescadores; e
- Confirmação do endereço de residência do pescador e verificação da compatibilidade entre o município de residência e os territórios abrangidos pelo defeso.

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

